

Histórico

No século XX, existia na região Noroeste Paulista, um córrego de nome Douradinho, que passou a se chamar Campestre.

Os primitivos moradores construíram rústica capela, sob a invocação de Santo Antônio e, em 1908, o povoado passou a ter o nome de Santo Antônio do Campestre.

Com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na região, muitas foram as estações construídas datando, dessa época, a mudança da denominação para Albuquerque Lins, homenagem ao então Governador do Estado.

Em 1913, o Coronel Joaquim de Toledo Piza e Almeida e sua mulher, Dona Maria Augusta de Souza Piza, doaram à Câmara Municipal de Bauru uma gleba de terras junto à estação de Albuquerque Lins, para ser ali estabelecida uma povoação.

Naquele ano foi criado o Distrito de Paz de Albuquerque Lins, pertencente ao Município de Bauru, sendo transferido para o de Pirajuí, no ano seguinte.

Com a criação da Diocese de Botucatu, foi criada a paróquia de Albuquerque Lins, em 1919, ano da sua emancipação.

Em 1926, o Município recebeu a denominação de Lins.

Gentílico: linense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Albuquerque Lins, pela lei estadual nº 1408, de 30-12-1913, subordinado ao município de Bauru.

Pela lei estadual nº 1428, de 03-12-1914, transfere o distrito de Lins do município de Bauru para o de Pirajuí.

Elevado à categoria de município com a denominação de Albuquerque Lins, pela lei estadual nº 1708, de 27-12-1919, desmembrado do município de Pirajuí. Sede no atual distrito de Albuquerque Lins (ex-povoado). Constituído do distrito sede. Instalado em 21-04-1920.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município de Albuquerque Lins é constituído do distrito sede.

Pela lei estadual nº 1891, de 13-12-1922, é criado o distrito de Guaiçara e anexado ao município de Albuquerque Lins.

Pela lei estadual nº 2153, de 14-12-1926, é criado o distrito de Getulina e anexado ao município de Lins.

Pela lei estadual nº 2182-A, de 29-12-1926, o município de Albuquerque Lins tomou a denominação de simplesmente Lins.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 3 distritos: Lins (ex-Albuquerque Lins), Getulina e Guaiçara.

Pelo decreto nº 6556, de 13-07-1934, é criado o distrito de Vila Sabino e anexado ao município de Lins.

Pelo decreto-lei estadual nº 7028, de 25-03-1935, desmembra do município de Lins o distrito de Getulina. Elevado à categoria de município.

Pela lei de 13-012-1936, é criado o distrito de Monlevade e anexado ao município de Lins.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 5 distritos: Lins, Guaiçara, Guaimbé, Monlevade e Vila Sabino.

Pelo decreto-lei estadual nº 9775, de 30-11-1938, o distrito de Vila Sabino passou a denominar-se simplesmente Sabino. O decreto-lei estadual acima citado extinguiu o distrito de Monlevade, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Lins.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Lins, Guaiçara, Guaimbé e Sabino (ex-Vila Sabino).

A mudança o topônimo, de Vila Sabino para Sabino foi estabelecida pelo decreto estadual nº 11069, de 04-05-1940, baixado em virtude do decreto-lei federal nº 2104, de 02-04-1940.

Pelo decreto-lei estadual nº 14334, de 30-12-1944, o distrito de Guaimbê foi transferido do município de Lins para o de Getulina.

Pela lei estadual nº 233, de 24-12-1948, é criado o distrito de Guapiranga e anexado ao município de Lins.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 4 distritos: Lins, Guaiçara, Guapiranga e Sabino.

Pela lei estadual nº 2456, de 30-12-1953, desmembra do município de Lins os distritos de Guaiçara e Sabino, elevando-os à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Lins e Guapiranga.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Alteração toponímica municipal

Albuquerque Lins para Lins, alterado pelo decreto-lei estadual nº 9775, de 30-11-1938, estabelecida pelo decreto estadual nº 11069, de 04-05-1940, baixado em virtude do decreto-lei federal nº 2104, de 02-04-1940.